

ATA Nº 08 – 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

1 Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e dez, às nove horas, nas dependências do Campus São
2 Gabriel, teve início a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário da UNIPAMPA. Presentes o Vice-
3 Presidente do CONSUNI, Norberto Hoppen, no exercício da Presidência; os conselheiros Cláudia Denise
4 Tôndolo, Alexandre Borba de Oliveira, representando o conselheiro Everton Bonow; Alessandro
5 Vasconcelos de Souza, representando o conselheiro Luiz Osório dos Santos; Eduardo Ceretta Moreira,
6 Lúcia Helena Vinadé, Laura Regina da Fonseca, Ulrika Arns, Vinícius Garcia, Almir Barros Neto, Fernando
7 Junges, Maximilian Fries, Nádia Bucco, Eloir Míssio, Diretor em exercício no Campus Itaqui; Luiz Edgar
8 Lima, Diretor em exercício no Campus Santana do Livramento; o Professor Carlos Garcia Rizzon,
9 representando a Diretora do Campus Jaguarão, Maria de Fátima Ribeiro; Denise da Silva, Ricardo Gunski,
10 Carlos Maximiliano Dutra, Tisa Echevarria Leite, Jeferson Lopes Goularte, Ricardo Barreto da Silva, Flavi
11 Lisboa Filho, Felipe Carpes, Marcelo Cezar Pinto, Ana Paula Ferreira, Jefferson Marçal da Rocha, Gihad
12 Mohamad, Maristela Sawitzki, Daniel Luiz Nedel, Marco Antonio Hansen, Andrés Cañedo, Cátia Rosana
13 Goulart, Adriano Schunemann, Luiz Eduardo Vieira, Carlos Arthur Dias, Felipe Ethur, Roger Cristiano
14 Machado, Frank Pahim, Rômulo Lupatini, Vanessa Espíndola, Cássia Fernandes e Rodrigo Martins Dorado.
15 O Professor Norberto explicou a ausência da Presidente do Conselho, Professora Maria Beatriz Luce, razão
16 pela qual presidiria a Sessão. Fez a leitura da pauta: 1) Apreciação do Projeto do Curso de Especialização
17 em Desenvolvimento em Regiões de Fronteira. Origem: Campus Santana do Livramento e Pró-Reitoria de
18 Pós-Graduação. Apresentação: conselheiro Luiz Lima; 2) Apreciação do Projeto de Curso de
19 Especialização em Produção Animal. Origem: Campus Dom Pedrito e Pró-Reitoria de Pós-Graduação.
20 Apresentação: conselheira Nádia Bucco; 3) Apreciação do Regimento da Pós-Graduação em Engenharia
21 Elétrica (PPGEE). Origem: Campus Alegrete e Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Relatoria: CLN; 4)
22 Apreciação das Normas para Estágios. Origem: Vice-Reitoria e Divisão de Estágios. Relatoria: CLN; 5)
23 Apreciação do Regimento do NTIC. Origem: Campus Alegrete. Apresentação: Professor Diego Kreutz; 6)
24 Parecer da Comissão de Legislação e Normas sobre a substituição da conselheira Luciana Kopp na
25 Representação de Itaqui. Relator: conselheiro Carlos Arthur; 7) Apresentação das Normas para Uso de
26 Veículos da UNIPAMPA. Relator: conselheiro Carlos Arthur; e 8) Assuntos Gerais: inscreveram-se os
27 conselheiros Ricardo Barreto, Norberto Hoppen, Flavi Lisboa Filho, Carlos Rizzon e Carlos Arthur Dias. O
28 Professor Norberto pediu a inclusão na pauta da proposta de alocação de cinquenta vagas docentes com o
29 que os presentes concordaram. Conduzindo a Reunião, passou a palavra ao conselheiro Luiz Lima.
30 Tratando do item 1(um) da pauta, o Professor Luiz Lima apresentou o projeto do Curso de Especialização
31 em Desenvolvimento em Regiões de Fronteira que será ministrado no Campus Santana do Livramento. O
32 parecer do projeto foi dado pelo conselheiro e Pró-Reitor de Pós-Graduação, Vinícius Jacques Garcia, que
33 foi favorável à aprovação considerando-se as ressalvas: ao montante financeiro, de modo que os itens
34 financiados não excedam o total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ao cronograma que deverá ser adequado
35 à data de aprovação no Conselho Universitário e contemplar o prazo de inscrições de no mínimo 20 (vinte)
36 dias. O conselheiro também solicitou uma revisão no número de vagas, de modo a permitir um melhor
37 aproveitamento dos recursos envolvidos, e, por último, a viabilização de um termo de compromisso que
38 incluía o cronograma das atividades e esclareça a inexistência de vínculo empregatício na participação de
39 membros externos. Em votação, o projeto foi aprovado com uma abstenção. Passando ao item 2 (dois) da
40 pauta, a Presidência solicitou a exposição do Projeto do Curso de Especialização em Produção Animal. As
41 conselheiras Nádia Bucco e Tisa Leite apresentaram a proposta do Campus Dom Pedrito. O parecer sobre
42 a proposta também foi dado pelo Professor Vinícius Garcia, que foi favorável ao projeto, sugerindo uma
43 readequação no cronograma, com vistas à data de aprovação do CONSUNI e também aos possíveis
44 intervalos do Curso, de forma que facilite o comparecimento dos alunos. Também foi sugerida que a
45 participação de membros externos seja feita por meio de um termo de compromisso que isente a
46 UNIPAMPA de vínculo empregatício em razão das atividades associadas ao Curso. Acatadas as sugestões,
47 o projeto foi colocado em votação e aprovado por UNANIMIDADE. Passando ao item quatro da pauta, o
48 conselheiro Fernando Junges relatou o trabalho da Comissão de Legislação e Normas (CLN). Disse o
49 conselheiro que só conseguiram viabilizar uma reunião de parte da Comissão na noite do dia vinte e cinco

50 de agosto e que por isso trazia duas propostas: 1ª) votação pelos conselheiros sem que a Comissão tenha
51 emitido um parecer em razão da escassez de tempo para examinar profundamente essa proposta de
52 Regimento; 2ª) aprovação ad referendum, condicionada ao parecer da CLN. A conselheira Maristela
53 Sawitzki solicitou informação a respeito de ter havido ou não discussão com as Comissões de Cursos. O
54 Professor Norberto disse que as visitas às organizações, escolas e empresas seriam feitas pelos servidores
55 da Divisão de Estágios para ajudarem os Coordenadores Acadêmicos e de Cursos a realizarem essa
56 divulgação, sendo as normas meramente administrativas e as anotações em vermelho textos transcritos da
57 Lei e do Estatuto, não estando sujeitas à deliberação. Lembrou ser a intenção da UNIPAMPA para os
58 estágios não obrigatórios fazer convênios direto com as organizações externas, sem intermediários, já que
59 a Lei 11.788/2008 dá todas as garantias às duas instituições. Afirmou ser inovação o item sete da Norma
60 que menciona a UNIPAMPA como campo de estágio. Dadas as considerações da conselheira Maristela, o
61 Professor Norberto sugeriu serem discutidas as prioridades, os grandes pontos da Norma. De acordo com a
62 conselheira Maristela, a CLN precisa de tempo para avaliar profundamente o conteúdo de cada proposta,
63 para então emitir um parecer. Salientou que uma vez emitido o parecer, firma-se o comprometimento do
64 grupo com a execução como um ato democrático e não impositivo. O Professor Norberto destacou não
65 estar se exigindo a aprovação das Normas. A conselheira Cátia Goulart concordou com a posição da
66 conselheira Maristela, afirmando haver necessidade de aprofundamento. Manifestaram-se também os
67 conselheiros Marcelo Pinto e Ana Paula Ferreira sobre esclarecimentos da transcrição da Lei. A conselheira
68 Ana Paula sugeriu que todos os membros do Conselho recebessem os materiais a serem analisados, mas
69 somente um conselheiro fosse o relator do parecer da matéria. O Presidente acatou a sugestão da
70 conselheira e retirou a matéria de pauta. A conselheira Laura Fonseca enfatizou serem as comissões
71 extremamente importantes, mas considerava o fluxo das matérias incompatível com o ritmo em que as
72 matérias são entregues para análise. O conselheiro Carlos Arthur disse que o Regimento do CONSUNI
73 estava previsto para ser apresentado na Reunião de dezesseis de dezembro, e sugeriu que a Comissão
74 composta para a elaboração dessa Norma se antecipasse nos trabalhos. Lembrou que o lugar ocupado
75 pelo Professor Jacques estava vago, e sugeriu o nome da conselheira Ana Paula. Sugeriu também a
76 inclusão do conselheiro Almir, pois dessa forma seriam três membros do Campus Alegrete e as reuniões
77 poderiam ser marcadas para aquele local dada a dificuldade de transporte, já que a Comissão havia
78 recebido a comunicação da conselheira Vanessa que não havia sido avisada das reuniões e que sempre
79 que os conselheiros discentes necessitavam de transporte para essas reuniões não havia disponibilidade.
80 A conselheira Denise Silva fez questão de salientar não ter chegado à Direção do Campus São Borja
81 nenhum pedido de transporte para uso da conselheira discente daquele Campus. Novamente com a
82 palavra, a conselheira Laura Fonseca salientou ter a CLN posicionamento sobre as Normas do PPGEE. O
83 Professor Norberto perguntou aos conselheiros sobre a possibilidade de antecipar a apresentação do
84 Regimento do CONSUNI para a Reunião de novembro, com o que os conselheiros concordaram. O
85 Professor Norberto se mostrou preocupado com as Normas das Comissões Superiores, e manifestou ser
86 pertinente a revisão geral do cronograma das Normas da Universidade. Lembrou ainda o Presidente ser
87 premente a instalação do Conselho Curador ainda em dois mil e dez. Sobre as Normas de Pós-Graduação
88 lato sensu, o Professor Norberto solicitou a formação de uma comissão, já indicando o nome do Pró-Reitor
89 Vinícius. O conselheiro Flavi se dispôs a participar, e foi indicado o nome do conselheiro Rodrigo Dorado
90 pela representação discente. Com relação ao Regimento das Bibliotecas, a conselheira Ana Paula disse
91 não ter recebido a minuta, mas considerou o prazo até trinta de setembro suficiente para análise e parecer.
92 A conselheira Ana Paula inquiriu sobre o Regimento da CPA já encaminhado para avaliação, mas que ainda
93 não entrou na pauta. Em resposta, o Professor Norberto comunicou que seria levado à Reunião de
94 setembro. Com isso, as datas do cronograma foram atualizadas, e esse seria encaminhado aos
95 conselheiros ao final desta Reunião. O conselheiro Carlos Dutra solicitou a inclusão do nome dele na
96 Comissão responsável pelas regras para afastamentos, sendo incluído. O conselheiro Carlos Arthur
97 solicitou a distensão em dez dias do prazo de elaboração do Edital de Eleições. O Conselho concordou com
98 o pedido que ficou para apresentação na Reunião de setembro. Voltando à pauta normal da Reunião,
99 passou-se ao item três, apreciação do Regimento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica,
100 do Campus Alegrete. Com a palavra, o relator da CLN, conselheiro Fernando Junges, explicou não ter sido
101 elaborado um parecer por escrito, mas que contaram com a colaboração do Pró-Reitor Vinícius. Segundo o
102 conselheiro Fernando, a CLN entendeu que o Conselho deve apreciar e colocar em votação. A conselheira
103 Laura Fonseca, também participante da CLN, acrescentou que em razão da aprovação das Normas de Pós-
104 Graduação stricto sensu, em São Borja, entendeu que há amparo que fundamenta este Regimento do
105 Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica – PPGEE. O Professor Norberto pediu um relato dos
106 principais elementos constitutivos do Regimento. O conselheiro Vinícius Garcia explicou que as Normas
107 referiam-se especificamente à estrutura administrativa, à acadêmica, à carga-horária prática e também de
108 disciplinas. Como o conselheiro Vinícius solicitou um tempo para trabalhar na finalização das Normas do
109 PPGEE, o Professor Norberto sugeriu que o conselheiro Carlos Arthur apresentasse o parecer sobre o item
110 seis da pauta, relacionado à substituição da conselheira Luciana Kopp na representação de Itaqui. Em
111 nome da CLN, o conselheiro Carlos Arthur realizou a leitura da consulta feita pela conselheira Luciana à
112 Secretaria do CONSUNI. Com base na análise do artigo treze e do parágrafo terceiro do artigo dezessete

113 do Estatuto e da Portaria 775/2009 que fixou as normas para essa eleição, o conselheiro Carlos Arthur
114 enfatizou o resultado da eleição, na qual a conselheira Luciana Kopp foi a mais votada no Campus Itaqui e
115 uma das mais votadas no âmbito da Universidade. Concluindo, o conselheiro Arthur disse que a Comissão,
116 por unanimidade, dava parecer favorável à continuidade da conselheira Luciana Marini Kopp na
117 representação do CONSUNI. O conselheiro Felipe Ethur posicionou-se contra a permanência da Professora
118 Luciana alegando que o Campus Itaqui ficaria sem representação docente no Conselho. A conselheira
119 Laura Fonseca afirmou que na ausência de uma norma específica deve-se recorrer a uma norma maior, e o
120 artigo dezessete do Estatuto da Universidade prevê a representação no segmento dos docentes, e com a
121 permanência da conselheira Luciana estaria garantida essa representação. A conselheira Ana Paula
122 destacou que se fosse considerada a votação e fosse refeita a estrutura do Conselho, a Professora Luciana
123 não seria suplente, entrando no lugar do Professor Andrés de São Gabriel, o segundo mais votado do
124 Campus. Dessa forma, para se manter a representação de Itaqui, Uruguaiana ficaria com três
125 representantes. O conselheiro Eloir Míssio parabenizou o trabalho da Comissão, mas considerou que o
126 Campus Itaqui seria prejudicado se não tivesse uma representação docente no CONSUNI. O conselheiro
127 Carlos Arthur enfatizou ser a Professora Luciana tão representante dos docentes de Itaqui como dos
128 docentes de qualquer outro Campus da UNIPAMPA, e qualquer decisão fora do que foi apresentado estaria
129 contrariando o Estatuto da Universidade. O conselheiro Marcelo Pinto salientou o fato da Comissão ter
130 levado em conta que a representação é dos docentes da Universidade e que qualquer decisão contrária
131 tomada pelo Conselho iria ferir os cento e vinte e dois votos recebidos pela Professora por todos os
132 docentes da UNIPAMPA. A conselheira Cássia Fernandes posicionou-se a favor de cada Campus ter uma
133 representação docente no CONSUNI. Para a conselheira Tisa Echeverria, quando o docente resolve
134 concorrer, é uma decisão pensando no Campus. O Professor Norberto observou que a discussão estava
135 fundamentada em dois grandes argumentos, o do mandato individual de representação docente respaldado
136 no Estatuto e o funcionamento efetivo com a representação. A conselheira Maristela Sawitzki pediu para
137 que os conselheiros pensassem no significado do Conselho Universitário, na função do Conselho, na
138 responsabilidade criada com a constituição do Conselho, com a política institucional, com a ética e com os
139 anseios da Universidade. Ressaltou ter a Universidade um compromisso social e de desenvolvimento com
140 seus dez Campus. O conselheiro Ricardo Barreto lembrou ter sido assumido antes da eleição que cada
141 Campus teria um representante docente além do Diretor. A conselheira Laura destacou que no próximo mês
142 estariam tratando de eleições e que a discussão não poderia ter acontecido em melhor momento. Sugeriu
143 votarem o indicado pela Comissão a fim de não cáirem numa situação de ambiguidade. Segundo a
144 conselheira Laura, a votação mostraria o que se entende por Conselho Universitário. O Presidente lembrou
145 serem as decisões institucionais e não de Campus. Para o conselheiro Eloir Míssio, os Campus devem ter
146 potencial e forças equivalentes para atender uma perspectiva de evolução e anseios da Universidade.
147 Conforme o conselheiro Ricardo Barreto, o acordo foi de que nessa formação haveria representação por
148 Campus. Assim, o Professor Norberto encaminhou o assunto para votação. Com vinte e quatro votos a
149 favor, doze votos contra e quatro abstenções, os conselheiros decidiram pela permanência da Professora
150 Luciana como membro do CONSUNI. O Presidente explicou que a regra passa a vigor até o final do
151 mandato desses conselheiros. A conselheira Tisa Echeverria Leite fez a solicitação de que o conteúdo a ser
152 discutido em pauta, bem como o material a ser analisado, fossem enviados com tempo hábil, pois
153 reafirmando o que dissera antes, a decisão de concorrer não foi tomada individualmente, e sentia-se na
154 obrigação de discutir os assuntos com todos os docentes do Campus. Solicitou também que as atas fossem
155 apresentadas para aprovação. O Professor Norberto informou que levaria o assunto à Presidente do
156 CONSUNI para definição se as atas seriam transcrições literais ou se somente trariam as deliberações e o
157 modo das votações. O Presidente interrompeu a Sessão para o almoço. Às quatorze horas e quinze
158 minutos, a Reunião foi reiniciada com o Professor Norberto dando posse ao conselheiro Alessandro
159 Vasconcelos de Souza, que participou como substituto do Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e
160 Avaliação. Voltando à pauta, o conselheiro Vinícius Garcia passou a tratar do item três, Apreciação do
161 Regimento do PPGE, mostrando aos conselheiros as diferenças específicas entre essa Norma e as
162 Normas Gerais da Pós-Graduação (Resolução nº 3 deste Conselho). Após a leitura dos artigos, agradeceu
163 à Presidência da Mesa pela oportunidade e colocou-se à disposição para esclarecimentos. Antes de passar
164 a palavra aos conselheiros, o Presidente perguntou se houve consulta à legislação nacional sobre a
165 possibilidade de se fazer a dissertação em língua inglesa. O conselheiro Daniel Nedel informou que a sua
166 tese, defendida na UNESP, foi escrita em inglês. A conselheira Ana Paula Ferreira também informou ter
167 escrito em inglês sua tese na UFRGS. Conforme a conselheira Maristela Sawitzki, já estava sendo
168 observado em outras normas o uso da expressão “componente curricular”, pois abriria espaço para o
169 trabalho de módulos ou de temas, e inclusive disciplinas. O conselheiro Carlos Dutra pediu que no artigo
170 segundo constasse “confere o título de Mestre”. Os proponentes da Norma concordaram com a sugestão.
171 Dessa forma, o Professor Norberto submeteu à deliberação do Conselho o Regimento do Programa de Pós-
172 Graduação em Engenharia Elétrica. Em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o
173 Presidente solicitou aos conselheiros Ana Paula Ferreira e Andrés Cañedo apresentarem a proposta de
174 Alocação de Vagas Docentes. Antes, porém, informou não serem trinta e oito vagas para distribuição, mas
175 cinquenta, ficando a Universidade muito perto do total de vagas inscritas no cronograma de implantação. A

176 conselheira Ana Paula informou ser o modelo de alocação baseado nas indicações do REUNI para
177 alocação do banco de professores equivalentes nas instituições. Verificou-se para cada curso oferecido pela
178 Instituição qual o tempo de integralização do curso estabelecido pela legislação – que é calculado a partir
179 da carga horária mínima do curso, também estabelecida oficialmente. Calculou-se então o número de
180 professores requeridos em função do ingresso do curso, conforme estabelecido no Edital de processo
181 seletivo, na proporção de dezoito alunos para cada professor. Com isso, estabeleceu-se a quantidade de
182 docentes que deveriam estar alocados a cada Campus. A conselheira finalizou demonstrando a fórmula
183 com a integralização de todos os dados informados pelos Campus da UNIPAMPA. O Professor Norberto
184 agradeceu à Comissão e passou a palavra aos conselheiros, iniciando a rodada de questionamentos e
185 esclarecimentos. O conselheiro Carlos Arthur lembrou que na Reunião anterior, em Santana de Livramento,
186 havia sido feita reserva de cinco vagas para cursos novos. Especificamente sobre o Campus Caçapava do
187 Sul, após ponderações a respeito das informações recebidas, a conselheira Ana Paula propôs que o curso
188 de Geofísica fosse revisto, pois estaria completamente fora da legislação sob qualquer aspecto. A
189 conselheira Maristela questionou alegando que anteriormente haviam acertado não serem dezoito
190 alunos/professor, mas se caracterizaria quarenta horas DE, causando uma diferenciação no cálculo. O
191 Professor Norberto informou que a UNIPAMPA tem somente um docente que não é quarenta horas DE, e
192 que todo o raciocínio utilizado na fórmula é a partir de quarenta horas com dedicação exclusiva. A
193 conselheira Maristela lembrou que em outra ocasião, quando consideraram a dedicação exclusiva, o cálculo
194 cairia para no máximo treze alunos/professor. O conselheiro Andrés Cañedo respondeu ressaltando haver
195 feito a apresentação anterior e que, realmente, quando há DE, as responsabilidades são maiores, há menos
196 alunos e maior salário. A conselheira Ana Paula explicou ser o fator multiplicativo e no fim as proporções se
197 manterem. O conselheiro Carlos Dutra enfatizou não serem cursos iguais e, portanto, essa proporção de um
198 por dezoito não ser aplicável a todos os cursos, como os da área de saúde, por exemplo. Disse que essa
199 metodologia talvez possa ser adotada para os cursos novos, mas não para os que já têm os projetos de
200 cursos concluídos. A conselheira Cátia Goulart parabenizou o trabalho realizado pelos colegas de
201 Comissão, entretanto, mencionou fragilidade com relação à carga horária de alguns cursos de licenciatura
202 dupla. A conselheira Ana Paula salientou a necessidade de definir se a habilitação também seria
203 considerada curso. O conselheiro Marcelo Cezar Pinto informou ser a conta para a alocação o prazo para
204 integralização do curso multiplicado pelo número de alunos por ingresso. O conselheiro Eloir Missio colocou
205 a necessidade de considerar alguns outros aspectos na conta para a alocação, devido a diferenças que
206 podem alterar os dados. O conselheiro Almir parabenizou pelo trabalho e perguntou como foi contabilizado
207 no Mestrado do Campus Alegrete e como seria contabilizado quando da abertura de novos Mestrados. A
208 conselheira Ana Paula informou ser um professor para o Programa de Pós-Graduação no primeiro ano, dois
209 para o segundo ano e, após, consoante à nota do Programa, pode ser aumentado o número de professores.
210 Após a avaliação, entra-se no Programa da CAPES. Destacou que com relação à Pós-Graduação, o
211 Campus Alegrete era o único com Programa aprovado na CAPES, por isso a diferença no número de
212 professores. Outros membros do Conselho também se manifestaram em torno do modelo de distribuição
213 das vagas: Gihad Mohamad, Carlos Dutra, Marco Antonio Hansen, Fernando Junges, Maristela Sawitzki,
214 Lúcia Vinadé, Marcelo Cezar Pinto, Andrés Cañedo, Nádia Bucco, Eloir Missio e Norberto Hoppen. A
215 conselheira Ana Paula foi enfática quando explicou ao Conselho que a Universidade precisa criar um
216 modelo de dados único de toda a Instituição para, a partir daí, conseguir buscar os dados reais e
217 importantes para a base desse cálculo de alocação de vagas. Houve um recesso de dez minutos para que
218 os conselheiros pudessem conversar entre si e dirimir dúvidas com os proponentes da Norma. O Presidente
219 solicitou aos Campus atualizarem seus dados para que a distribuição fosse realmente justa. O conselheiro
220 Carlos Arthur salientou não haver um modelo perfeito, mas que poderia ser corrigido, e sugeriu aos Campus
221 adequações para atenderem melhor suas demandas. O Professor Norberto lembrou do início da criação da
222 Universidade, quando havia limitação de servidores em todos os setores. Lembrou estarem chegando a um
223 número razoável, tanto de docentes como de técnicos. Após longo debate, decidiram os conselheiros por
224 alocarem somente quarenta e seis vagas e distribuírem as quatro restantes, sendo uma para cada Campus
225 não contemplado com vagas quando da aplicação da fórmula. Ficou assim a distribuição: Campus Alegrete:
226 duas vagas; Campus Bagé: vinte e uma vagas; Campus Dom Pedrito – duas vagas; Campus Jaguarão –
227 oito vagas; Campus São Borja – seis vagas; Campus Santana do Livramento – sete vagas e os Campus
228 Caçapava do Sul, Itaqui, São Gabriel e Uruguaiiana – uma vaga cada um. O Professor Norberto agradeceu
229 a todos e afirmou que, em razão da escassez de recursos humanos em alguns Campus, a Universidade
230 precisaria dessa distribuição de vagas com celeridade. Prosseguindo, o Professor Norberto científico que
231 em razão do horário adiantado a apreciação das Normas para Uso de Veículos e o Regimento do NTIC
232 ficariam para deliberação na próxima Reunião do Conselho. Passando aos assuntos gerais, o Presidente
233 informou que tomariam conhecimento das propostas de novos cursos na UNIPAMPA. Com a palavra, a
234 conselheira Nádia Bucco, Diretora do Campus Dom Pedrito, fez uma breve explanação sobre a proposta do
235 Curso de Bacharelado em Enologia. Esclareceu estar o PPC em fase de finalização estando sendo feitos os
236 ajustes. O conselheiro Eloir Missio falou sobre a proposta do curso de Bacharelado Interdisciplinar em
237 Ciência e Tecnologia e Licenciatura em Ciências, entrando dessa forma na política de expansão da
238 UNIPAMPA. O conselheiro Maximilian Fries falou da proposta do curso de Bacharelado em Geologia, cujo

239 PPC estava em fase de elaboração. Salientou o curso ser muito importante para a região e, por isso, a
240 proposta deveria estar pronta para apreciação do Conselho na Reunião de setembro. O conselheiro
241 Fernando Junges falou da implantação do Curso de Artes. Para esse curso, a vocação musical da região
242 bageense teria infraestrutura que seria colocada à disposição da Universidade. O Presidente lembrou os
243 festivais de inverno realizados na cidade de Bagé e que isso reacendeu o desejo da cidade de ter uma
244 escola de música. A conselheira Denise Teresinha da Silva explicou sobre a intenção de implantar o Curso
245 de Licenciatura em Humanidades, no sentido de dar aporte aos demais cursos. O conselheiro Almir disse
246 que algumas opções foram elencadas no Campus, uma delas foi a do Curso de Arquitetura, entretanto com
247 uma demanda maior de docentes do que contempla a Norma de Distribuição de Vagas Docentes, não
248 podendo ser pensado para aquele momento. Então, levando em consideração que em dois mil e dezesseis
249 a UNIPAMPA precisará ter dois cursos de doutorado e quatro de mestrado, o Campus concordou em
250 trabalhar num curso de doutorado, no curso de mestrado já encaminhado à CAPES e no Curso de
251 Engenharia de Telecomunicações, subsidiando também o Curso de Engenharia Elétrica para que em dois
252 anos seja criado um doutorado. Também existe a ideia de implantar o Curso de Engenharia de Materiais. A
253 conselheira Cátia Goulart mencionou a expectativa do Campus Jaguarão de implementar dois cursos: em
254 Artes e em Educação, sendo um na modalidade EAD e outro presencial. O Professor Norberto enfatizou
255 que na expansão da Universidade não se pode pensar somente no modelo utilizado, por isso a importância
256 dos cursos EAD. Pediu que a Reitoria fosse contatada pelos Campus, pois haveria o apoio pedagógico para
257 fazer as orientações necessárias e auxiliar nos projetos. Passando aos assuntos gerais, o conselheiro
258 Maximilian Fries comentou sobre a oportunidade da Universidade se tornar mais conhecida por meio da
259 participação na Multifeira de Santa Maria (FEISMA). O conselheiro Flavi comunicou haver a expectativa de
260 no dia primeiro de setembro se fazer o lançamento da página do Segundo Salão Internacional de Ensino
261 Pesquisa e Extensão (SIEPE), já recebendo inscrições e distribuição de trabalhos. O conselheiro Carlos
262 Rizzon deu conhecimento que nos dias vinte e nove e trinta aconteceria nas cidades de Jaguarão (BR) e
263 Rio Branco (UR) o Seminário Cultural Brasil e Uruguai, organizado pelos Ministérios de Cultura dos dois
264 países, visando estabelecer políticas públicas e convênios culturais. O conselheiro Daniel Nedel falou sobre
265 a perda salarial da categoria docente e comunicou que o sindicato já estava providenciando uma ação.
266 Convidou os não sindicalizados a se sindicalizarem. O conselheiro Carlos Arthur Dias externou seu
267 descontentamento com o fato de mais uma vez não se conseguir vencer a pauta da Reunião. Solicitou que
268 as reuniões fossem realizadas em dois dias, a fim de vencerem todos os assuntos propostos, e que também
269 as pautas fossem menores. O Professor Norberto explicou ser a pauta uma intenção, havendo assuntos
270 que se prolongam mais que o esperado. Com relação ao processo de Colação de Grau, enfatizando que os diplomas serão
271 assinados e entregues aos formandos no ato da formatura. Também registrou o fato de o Curso de
272 Administração ter recebido o conceito máximo na avaliação externa pelo MEC, o conceito cinco. Solicitou
273 aos Campus com cursos a serem avaliados fazerem um mutirão para que os problemas sejam resolvidos,
274 pois é muito importante que a avaliação dos cursos seja a melhor. Nada mais havendo a tratar, foi
275 encerrada a Reunião e lavrada a presente Ata, assinada pelo Vice-Presidente Norberto Hoppen, no
276 exercício da Presidência, por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva do CONSUNI, e pelos
277 conselheiros presentes. As declarações completas desta Reunião estão gravadas e disponíveis para
278 consulta.
279